



Flávio recua e cede à 6 x 1

Presidenciável admite que jornada menor é a vontade da maioria dos brasileiros, mas prefere que o trabalhador negocie

» PEDRO JOSÉ BORGES

A poucos dias do segundo turno das eleições, o presidenciável Flávio Bolsonaro (PL) mudou o tom e afirmou, ontem, que votará, no Senado, a favor do fim da escala de trabalho 6 x 1. O anúncio foi feito logo depois de visitar o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. O senador-candidato, porém, voltou a defender que os trabalhadores tenham liberdade para organizar os próprios horários e que o governo deverá compensar as empresas pelos custos da mudança.

“Com relação à escala 6 x 1, estou rodando o Brasil. A maioria dos trabalhadores brasileiros quer o fim da escala 6 x 1. Então, vou votar a favor do fim da escala 6 x 1, meu voto vai ser conforme a vontade da maioria do povo trabalhador brasileiro”, afirmou, deixando claro que não deseja que um eventual voto contrário dê ainda mais munição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu adversário.

Flávio disse, porém, que defende uma proposta que permita maior flexibilidade na organização dos horários. Ele citou trabalhadores em regime de home office e mães que precisam adaptar a jornada às responsabilidades com a família. “Como é que fica aquela mãe que não tem com quem deixar o seu filho, só pode trabalhar, por exemplo, quarto horas por dia, só pode trabalhar de manhã ou só pode trabalhar de tarde? Vai continuar engessada a jornada dela”, cobrou.

O presidenciável ressaltou que a redução da jornada deve considerar os custos para os empregadores e a possibilidade de aumento da informalidade. Para Flávio, a mudança exigiria a contratação de mais funcionários e poderia pressionar empresas que enfrentam dificuldades financeiras.

“A gente vai votar a favor do fim da escala 6 x 1 e quem vai pagar essa conta vai ser o governo, porque os empresários estão sufocados, estão quebrados. Então, o governo é que vai ter que bancar essa compensação, porque, obviamente, quando você reduz a jornada de trabalho, será necessária

Ed Alves/CB/D.A Press



Candidato disse que, apesar de votar a favor da redução de jornada de trabalho, quem vai pagar a conta da aprovação da PEC será o governo



Com relação à escala 6 x 1, estou rodando o Brasil. A maioria dos trabalhadores brasileiros quer o fim da escala 6 x 1. Então, vou votar a favor do fim da escala 6 x 1, meu voto vai ser conforme a vontade da maioria do povo trabalhador brasileiro”

Flávio Bolsonaro, presidenciável do PL

a contratação de mais pessoas, tem o risco de muita gente ir para a informalidade”, afirmou.

Endividamento

Ele também relacionou a discussão sobre a jornada de trabalho ao endividamento das famílias e das empresas. Afirmou que a mudança deve garantir mais

descanso aos trabalhadores, mas que é preciso avaliar os efeitos econômicos da medida.

“A gente tem que buscar fazer com que o trabalhador tenha direito às férias, uma folga maior, sim. Só que a realidade do brasileiro, hoje, é que o Lula quebrou as empresas. As empresas estão endividadas e o Lula endividou também as famílias brasileiras. Tem 80% das



Depois da pressão da sociedade e depois das manifestações de rua no Brasil, o PL resolveu votar o fim da escala 6 x 1. Se todo o mal que eu causar nesse país for fazer a direita avançar e atender aos interesses do povo brasileiro, vou continuar fazendo isso”

Presidente Lula, candidato à reeleição

famílias brasileiras que estão endividadas”, criticou.

Na semana passada, Flávio se mostrava radicalmente contrário à proposta de emenda constitucional (PEC) da redução da jornada de trabalho, em tramitação no Senado. Além de considerá-la uma jogada eleitoreira do presidente em busca da reeleição, afirmou que tinha algo melhor a oferecer se eleito.

“Nossa proposta é dar essa liberdade para que o trabalhador monte a jornada de trabalho conforme sua possibilidade, sua necessidade”, justificou.

O recuo de Flávio foi aproveitado por Lula. No anúncio de cinco medidas voltadas aos microempreendedores individuais (MEIs), o presidente partiu para o ataque. “Me parece que depois da

» Senador não vai a debate com Lula

O candidato Flávio Bolsonaro anunciou, ontem, que não comparecerá ao debate da Band. “Não vou, não está previsto ir nesse debate no domingo. Estamos analisando. Quem vai dar a palavra final vai ser minha equipe técnica, de ir no último debate (da Globo, previsto para próximo dia 23)”, explicou, durante o evento de apoio de diretórios estaduais do MDB à sua candidatura. No último dia 6, ele chegou a afirmar que participaria dos debates neste segundo turno. Por sua vez, o presidente e candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva confirmou presença. “Espero que meu adversário compareça para que a gente possa fazer que o povo tenha conhecimento das diferenças entre os programas e candidaturas”, provocou. Pelas regras do debate, o púlpito do candidato que não comparecer ficará vazio.

pressão da sociedade e depois de todas as manifestações de rua no Brasil, o PL resolveu votar o fim da escala 6 x 1. De vez em quando fico pensando: se todo o mal que eu causar nesse país for fazer a direita avançar e atender aos interesses do povo brasileiro, vou continuar fazendo isso”, disse.

Lula rebateu a ideia de que as medidas seriam eleitoreiras e disse que todas as medidas do tipo anunciadas na época de eleição causam “barulho”. “Se o barulho que vier a acontecer for o barulho da gente atender a uma aspiração de vocês, é um barulho bom. É um momento sempre muito difícil porque estamos em época de eleições, e tudo que você vai fazer tem barulho. Mas é o seguinte: temos ouvidos e é bom ouvir barulho mesmo. Não queremos ser surdos”, comparou. (Com Agência Estado)

Bondade para os MEIs prevê perdão de dívidas

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» LUÍZA ALTOÉ

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, um pacote de medidas voltado aos microempreendedores individuais (MEIs). As iniciativas incluem o perdão de dívidas tributárias com a União, que somam R\$ 12,86 bilhões, e a criação do chamado Pix MEI — apoio financeiro de até R\$ 5 mil por beneficiário, sem necessidade de devolução dos recursos.

Pela proposta, esse recurso deve ser usado em investimentos no negócio, como a compra de equipamentos. Diferentemente de um empréstimo, o dinheiro não precisará ser devolvido aos cofres públicos.

“Vamos criar um Pix de até R\$ 5 mil como injeção para que vocês que estão com pequeno aperto possam comprar uma coisa nova, para que vocês possam ter um dinheirinho”, disse Lula, ao anunciar o envio do projeto de lei.

Soma-se a isso o perdão, a partir do próximo ano, de dívidas de até R\$ 3,6 milhões de microempreendedores inscritos na dívida ativa da União. Os MEIs também serão contemplados com uma nova linha do Desenrola voltada à resolução de dívidas com bancos. Assim como no Desenrola 3, destinado às pessoas físicas, o governo comparará carteiras de dívidas dos microempreendedores junto às instituições financeiras, com descontos mínimos de 90% nos leilões. Essa medida não dependerá do aval do Congresso.

“Mapeamos dívidas de R\$ 150 bilhões que os bancos já cobram dos MEIs há algum tempo e que estão se tornando débitos antigos, que continuam prejudicando as pessoas. Seguindo a linha da medida provisória que o governo já editou, vamos comprar essas dívidas. Portanto, não estamos transferindo tarefas para os MEIs. Para que o governo compre essas dívidas, quero um desconto mínimo de 90%”, explicou o ministro da Fazenda, Dario Durigan.

“Queremos que esses empreendedores recomecem. Todos passaram a dever, principalmente depois da pandemia. O endividamento aumentou muito e concluímos que o Estado vai perdoar as dívidas dos MEIs”, afirmou o ministro do Empreendedorismo, Paulo Henrique Pereira.

Teto de faturamento

O governo estima que a iniciativa poderá beneficiar cerca de 1 milhão de microempreendedores individuais e que o custo por chegar à casa dos R\$ 5 bilhões. O pacote anunciado por Lula prevê, ainda, o aumento do teto de faturamento dos MEIs — pula de R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e para R\$ 140 mil a partir de 2028.

O pacote de bondades não termina aí. O governo também anunciou um decreto presidencial que dispensa a emissão de nota fiscal nas vendas de produtos e na prestação de serviços a pessoas físicas. Além disso, os nãoempreendedores — categoria

Ricardo Stuckert



No pacote anunciado por Lula há até mesmo a compra de dívidas dos microempreendedores junto aos bancos

criada com a Reforma Tributária — também ficarão dispensados da emissão de notas e da abertura de CNPJ. E o empregador fica autorizado a contratar até dois funcionários por MEI — o limite atual é de um empregado.

Os ministérios também estudam um programa de fomento de R\$ 5 bilhões para o período de 2027 a 2030, voltado ao aumento da produtividade dos microempreendedores, com prioridade para mulheres com menor faturamento. Não há detalhes sobre a relação entre as duas iniciativas.

O líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), disse que o presidente se comprometeu a conversar com o

relator da matéria, deputado Jorge Goetten (Republicanos-SC), para buscar um entendimento. A votação do projeto na Casa, no entanto, ainda é incerta.

“Há oito anos não tem atualização (na política de MEIs). Então, é mérito, vitória para milhões de microempreendedores”, destacou Uczai.

Para Erick Nuñez, CEO da Tag Contabilidade, as medidas anunciadas ontem podem representar “importante alívio” a cerca de 3,6 milhões de MEIs incluídos na dívida ativa da União. Ele cobrou, entanto, políticas de orientação para que MEIs tenham acesso ao crédito.

“A renegociação ou o perdão de débitos pode ajudar a recuperar a capacidade financeira e permitir a retomada das atividades. No entanto, é fundamental que essas iniciativas sejam acompanhadas de educação financeira e acesso sustentável ao crédito, para evitar que o problema se repita”, advertiu.

Em relação ao Pix de até R\$ 5 mil, Nuñez afirma que o benefício pode ajudar os MEIs a investir em equipamentos, modernizar suas operações e aumentar a produtividade. Ele sugere, porém, que o programa deve ser complementado por políticas de orientação financeira e apoio à gestão dos pequenos negócios.

Pé-de-Meia universitário

» ARMANDO HOLANDA
» VICTOR CORREA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, também ontem, que pretende ampliar o programa Pé-de-Meia para estudantes do ensino superior caso seja reeleito para um quarto mandato à frente do Palácio do Planalto. A proposta, apresentada pelo petista em vídeo divulgado nas redes sociais, prevê o pagamento de R\$ 700 mensais por 10 meses, além de um depósito adicional de R\$ 2,5 mil ao fim de cada ano letivo. A iniciativa integra as apostas da campanha de reeleição para ampliar o acesso à educação e garantir a permanência de jovens nas universidades.

Segundo Lula, o benefício será destinado a estudantes de instituições federais e estaduais de ensino superior, além daqueles contemplados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). A expectativa apresentada pela campanha é de que aproximadamente 1 milhão de universitários sejam atendidos anualmente. Mas a medida depende da reeleição para que possa ser implementação a partir de 2027.

Lula também destacou que o programa deverá assegurar uma reserva financeira aos beneficiários após a conclusão do curso. Pelo modelo anunciado, os depósitos anuais de R\$ 2,5 mil permitirão que um universitário acumule R\$ 10 mil ao longo de uma graduação de quatro anos. O valor, segundo o presidente, poderá servir como apoio para os primeiros passos no mercado de trabalho.